



**INSTITUTE OF PUBLIC POLICY**

Thomas Jefferson – Correia da Serra

# O Orçamento Cidadão no Mundo

Dezembro de 2013

O presente documento enquadra-se no contexto da segunda fase do projecto *Orçamento Cidadão*, realizado em parceria pelo Ministério das Finanças (MF) e pelo Institute of Public Policy Thomas Jefferson-Correia da Serra (IPP TJ-CS). Foi elaborado por investigadores do IPP TJ-CS com o objectivo de apresentar sumariamente ao MF os principais resultados do trabalho de pesquisa levado a cabo de modo a construir um suporte teórico e empírico para a elaboração do Orçamento Cidadão português, principal meta do referido projecto.

#### Relatores

Paulo Trigo Pereira

Marina Costa Lobo

Luís Teles Morais

Institute of Public Policy Thomas Jefferson-Correia da Serra 2013

Todos os direitos reservados.

# Índice

|   |    |
|---|----|
| Nota introdutória: Contexto, definições e formato ..... | 3  |
| Análise comparativa .....                               | 6  |
| Introdução.....   | 6  |
| Itens essenciais.....                                   | 8  |
| O processo orçamental .....                             | 8  |
| Receitas .....  | 10 |
| Prioridades na despesa e alocação dos recursos.....     | 11 |
| Informação específica para sectores e programas .....   | 13 |
| Contactos para "follow up" pelos cidadãos.....          | 15 |
| Pressupostos económicos.....                            | 16 |
| Nota final .....  | 18 |
| Referências bibliográficas .....                        | 20 |

## Nota introdutória:

### Contexto, definições e formato

Uma condição necessária para garantir a transparência da governação e, por conseguinte, a qualidade da democracia, é o acesso livre a informação abrangente sobre as políticas desenvolvidas. Esta constitui, por um lado, a ferramenta que torna possível a responsabilização dos governantes – um factor decisivo não só para a qualidade das decisões tomadas, mas também para a capacidade de livre escolha dos eleitores – e por outro lado, a disponibilidade da informação é também um incentivo à participação dos cidadãos no processo democrático.

O Orçamento do Estado assume, na mecânica da governação, um papel central. Nele estão invariavelmente implícitas escolhas políticas, que produzem efeitos vastos a nível económico e social. Escolhas que, embora apresentadas e discutidas de uma só vez, num determinado momento decisivo, têm implicações nalguns casos, para todo o ano a que se refere o documento, e noutros, para diferentes pontos específicos, em diferentes fases do ano.

No entanto, este é necessariamente um documento muito complexo, volumoso, e por vezes altamente técnico, pelo que a sua utilização directa para a identificação e análise das políticas de um governo não está, em geral, ao alcance da maior parte dos cidadãos, pelo que estes acabam por receber apenas informação já “filtrada” e interpretada ou pelos próprios actores políticos, ou pela comunicação social.

É neste contexto que tem surgido a necessidade da publicação de uma “versão light” do Orçamento, integrada no processo orçamental, que sumarie os seus pontos essenciais, de modo a que seja possível, através de quadros e tabelas simplificados

e uma linguagem directa e objectiva, mas ao mesmo tempo não-técnica e livre de jargão, a fácil apreensão pelos eleitores das prioridades e decisões implícitas na política orçamental, tanto ao nível global como sectorial – qualquer cidadão deve conseguir entender o impacto das medidas orçamentais sobre a comunidade como um todo mas também sobre as suas circunstâncias específicas. Utilizaremos neste âmbito a designação “Orçamento Cidadão”, mas têm sido também empregues denominações diferentes como “Guia do Orçamento para o Cidadão”, “Sumário Executivo do Orçamento”, entre outras.

Idealmente, o Orçamento Cidadão não se limita apenas a acompanhar o projecto de lei orçamental, na altura em que é apresentado no Parlamento: deverão ser publicados outros documentos na mesma linha, ao longo das restantes fases do ciclo orçamental, explicando cada uma e ligando a análise entre si – por exemplo, é pertinente publicar-se um suplemento ao Orçamento Cidadão por ocasião da aprovação de um orçamento rectificativo.

O Orçamento Cidadão não tem obrigatoriamente de assumir a forma de um documento uno. Alguns exemplos internacionais de referência não assumem a forma de documento uno e estático, mas antes concebidos como *sites* de Internet que contêm toda a informação necessária acessível de uma forma intuitiva e dinâmica. Urge, porém, ter em conta que tal poderá ser desfavorável à sua disseminação em contextos rurais ou envelhecidos, em que o acesso à Internet está dificultado por razões de ordem técnica ou pela não-familiarização da população com a tecnologia, podendo um número considerável de eleitores ficar por esse motivo excluído do acesso à informação. A situação ideal para a resolução deste dilema passa pela produção de versões e formatos diferentes, de modo a ser possível

aproveitar as vantagens da utilização de plataformas *online* na divulgação da informação sobre o orçamento e no incentivo à participação pública no processo democrático, sem excluir os cidadãos para quem utilizar esse tipo de serviço seja impraticável.

Convém frisar que o Orçamento Cidadão deve ser um documento politicamente neutro, não devendo ser uma mera ferramenta para promover a(s) força(s) partidária(s) que apoia(m) o governo. Deve ser claramente explicitado que a sua produção é da responsabilidade do organismo responsável pela execução da política orçamental (Ministério, Secretaria de Estado...) de modo a garantir a sua credibilidade e eliminar a possibilidade de poder ser recebido como um documento de génese partidária.

# Análise comparativa

## Introdução

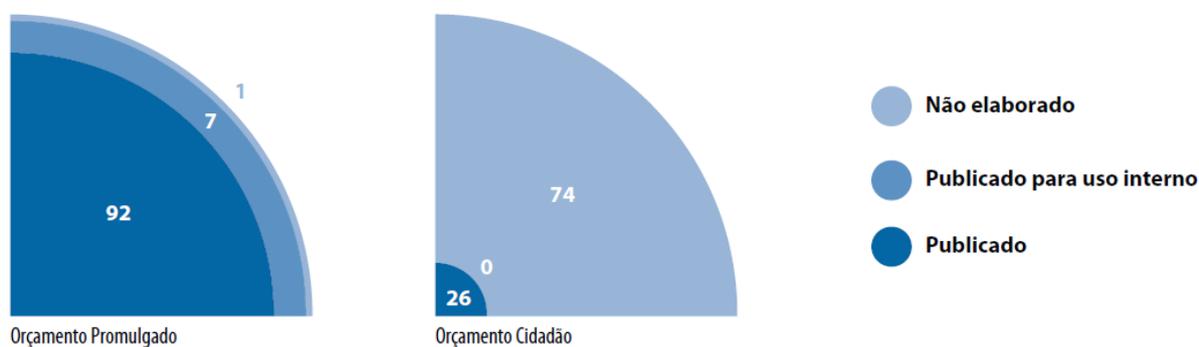
De modo a ter uma percepção daquilo que são as melhores práticas na produção deste tipo de documento, procurou-se obter uma ideia clara daquilo que pode ser implementado no caso português, escolhendo alguns países que já produzem, no âmbito do respectivo calendário orçamental, alguma forma de Orçamento Cidadão, para efectuar uma análise comparativa que permita identificar as características essenciais que este deve comportar. Para este efeito baseámo-nos fundamentalmente nos resultados da Pesquisa para o Orçamento Aberto 2012, no âmbito da qual se estabeleceram duas classificações por pontos: uma para a qualidade e profundidade do Orçamento Cidadão de cada país (a classificação Orçamento Cidadão), e outra para a do processo orçamental como um todo (a classificação geral). Com esta informação, elegemos para análise, países que aliam às melhores práticas orçamentais a produção de um Orçamento Cidadão, mas também com alguma atenção à proximidade de cada país com a cultura e realidade portuguesas. Estes constam da tabela seguinte.

| País          | Classif. geral | Classif. O. Cidadão |
|---------------|----------------|---------------------|
| Nova Zelândia | 1º             | 4º                  |
| África do Sul | 2º             | 8º*                 |
| Reino Unido   | 3º             | 16º*                |
| Suécia        | 4º             | 1º                  |
| Noruega       | 5º             | 3º*                 |
| França        | 6º             | 26º                 |
| Brasil        | 12º            | 9º                  |

*Nota: O asterisco assinala posições ex-aequo com outros países. Portugal assume o 21º lugar no ranking geral.*

Urge assinalar a evolução recente que tem tido lugar neste domínio a nível global. De acordo com dados recolhidos pela Pesquisa para o Orçamento Aberto, entre 2010 e 2012, mais quinze países começaram a integrar o Orçamento Cidadão no seu processo orçamental, sendo que outros cinco deixaram de o fazer.

Entre os “novos” países nesta lista destacam-se o Brasil ou países europeus como a Itália e a Eslováquia. No entanto, continua a tratar-se de uma minoria – os vinte e seis países com Orçamento Cidadão representam cerca de um quarto dos cem países considerados no Inquérito para o Orçamento Aberto.



| Número de países |                  |
|------------------|------------------|
| <b>2010</b>      | <i>16</i>        |
| <b>2012</b>      | <i>26</i>        |
| <b>Alteração</b> | <b><i>10</i></b> |

### Itens essenciais

No *Open Budget Survey 2012*, são identificados seis itens ou grupos de itens genéricos que um Orçamento Cidadão deve conter: i) O processo orçamental; ii) Receitas; iii) Prioridades na despesa e alocação dos recursos; iv) Informação específica para sectores e programas; v) Contactos para “follow up” pelos cidadãos; vi) Pressupostos económicos. É sobretudo com base na avaliação da presença e qualidade destes elementos que os instrumentos deste tipo são pontuados e qualificados.

#### **i). O processo orçamental**

O quadro institucional e legal do processo orçamental deve ser explicado em termo simples aos cidadãos. Devem ser apresentadas as várias fases do ciclo orçamental e a sua calendarização, isto é, a preparação da proposta de lei, a sua discussão e aprovação no parlamento, a execução do orçamento, e a sua verificação posterior ou auditoria.

É relevante que sejam também postas em destaque todas as oportunidades de participação pelos cidadãos ao longo do processo, bem como as instituições ou actores preponderantes em cada fase.

## COMO É FEITO O ORÇAMENTO FEDERAL

Todo ano, até o dia 31 de agosto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração dos outros Ministérios, prepara um documento com uma proposta de orçamento para ser encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Lá os Deputados Federais e Senadores discutem e aprovam o conteúdo da proposta de orçamento, que se transforma em uma lei. Os Deputados e Senadores podem alterar a proposta, sob determinadas regras, aumentando ou reduzindo projetos e valores, por meio de emendas parlamentares.

Dessa forma, esta revista que você está lendo traz as informações do orçamento que o Governo Federal propôs em 31 de agosto de 2012 para o ano de 2013. Os Deputados e Senadores devem aprová-lo até o último dia de trabalho no Congresso Nacional em 2012.

Por ser o documento que vai virar uma lei, a proposta de orçamento é conhecida como "Projeto de Lei". Como vale por um ano, o nome da lei aprovada é "Lei Orçamentária Anual" (LOA), também chamada, antes da nossa atual Constituição, de Orçamento-Geral da União (OGU).

A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento público seja feito assim. Ela é nossa lei máxima. O orçamento público é um único documento, dividido em três partes: o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento Fiscal.

## Brasil

## Guide to the Budget Documents

A number of documents are released on Budget day. The purpose of these documents is to provide information about the wider fiscal and economic picture and the Government's spending intentions for the year ahead. The Budget documents are as follows:

### Executive Summary

The *Executive Summary* is the overview of all the Budget information and contains the main points for the media and public. This summarises the Government's spending decisions and key issues raised in the *Budget Speech*, the *Fiscal Strategy Report*, and the *Budget Economic and Fiscal Update*.

### Budget Speech

The *Budget Speech* is the Minister of Finance's speech delivering the Budget Statement at the start of Parliament's Budget debate. The Budget Statement generally focuses on the overall fiscal and economic position, the Government's policy priorities and how those priorities will be funded.

### Fiscal Strategy Report

The *Fiscal Strategy Report* sets out the Government's fiscal strategy in areas such as the balance between operating revenues and expenses, and debt objectives. The report includes fiscal trends covering at least the next 10 years and the Government's long term fiscal objectives.

The Government must explain changes in, and/or inconsistencies between, the *Fiscal Strategy Report*, the *Budget Policy Statement* and the previous year's *Fiscal Strategy Report*.

### Budget Economic and Fiscal Update

The *Update* includes Treasury's overall economic forecasts and the forecast financial statements of the Government, along with the implications of Government financial decisions and other information relevant to the fiscal and economic position.

### The Estimates of Appropriations

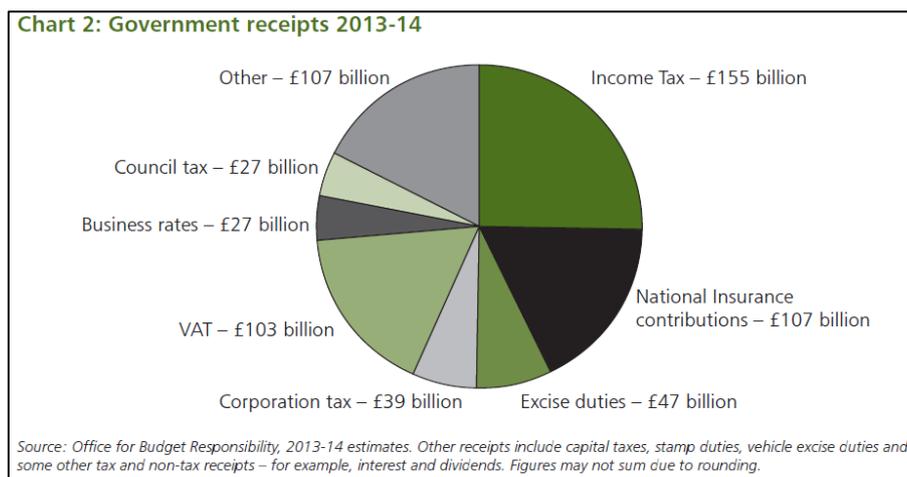
The *Estimates* outline expenses and capital expenditure the Government plans to incur on specified areas within each Vote for the financial year about to start (the Budget year).

## Nova Zelândia

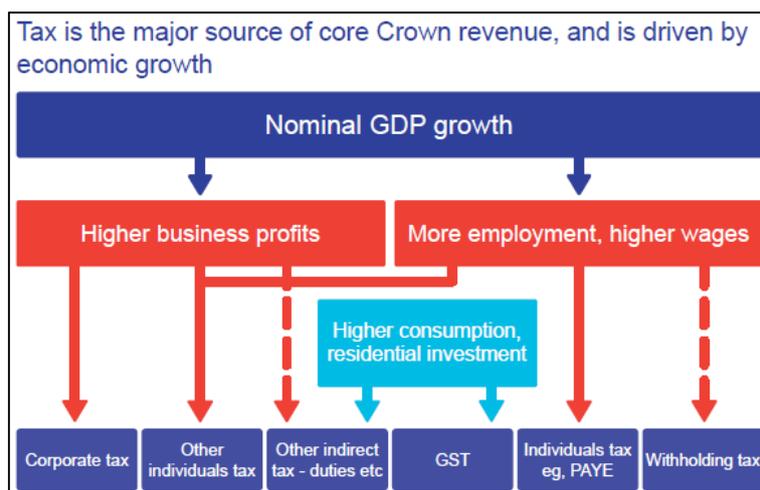
## ii). Receitas

De modo simplificado, deve ser explicado aos cidadãos como a despesa é financiada: nomear as diferentes fontes de receita e o seu peso relativo (frequentemente através de um gráfico circular). Também a dimensão do défice e o seu financiamento devem estar explícitos, bem como a sua evolução face aos períodos anteriores.

É recomendável indicar, no que respeita a estes parâmetros, que alterações é de antever que afectem significativamente o quotidiano dos cidadãos. Poder-se-á fornecer também uma explicação mais genérica sobre a relação das fontes de receita com a actividade económica, em termos simples e concretos.



*Reino Unido*

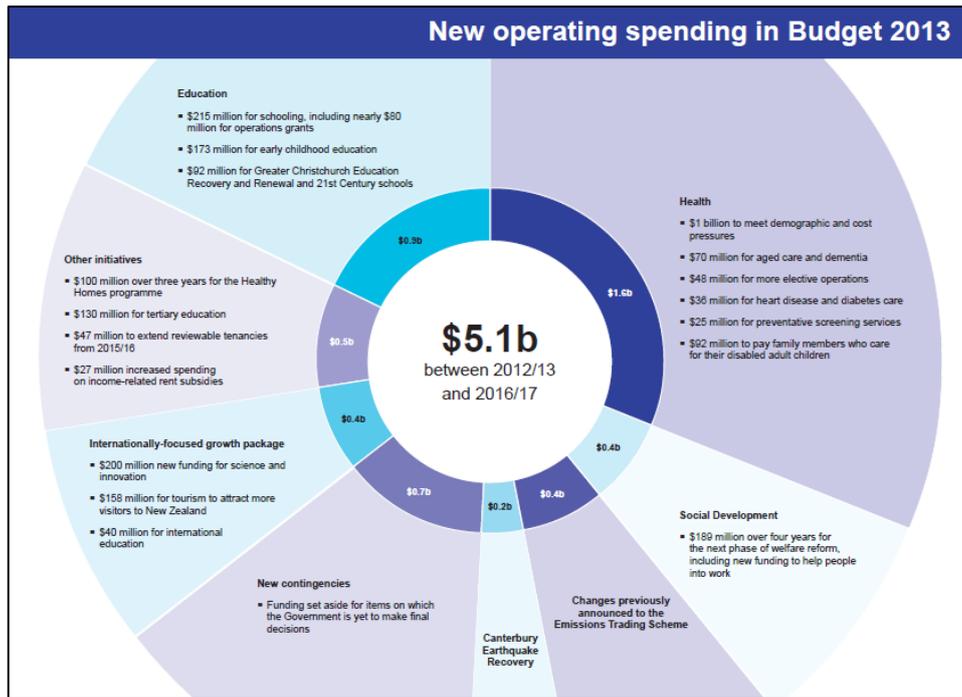


*Nova Zelândia*

### iii). Prioridades na despesa e alocação dos recursos

Tal como no caso da receita, a estrutura e dimensão da despesa deve ser apresentada de modo simples mas abrangente, utilizando as várias formas de classificação (administrativa, económica, funcional, programas) conforme aplicável. Actividades ou compromissos fora do perímetro orçamental que possam ter impacto nas contas agregadas do Estado também devem ser referidas. Também aqui deve ser evidenciada a evolução dos parâmetros ao longo do tempo.

Esta informação deve ser organizada de modo a reflectir as “prioridades” de política implícitas na estrutura da despesa prevista, de modo a ir ao encontro das preferências dos cidadãos, de forma facilmente identificável.



## Nova Zelândia

| <b>2013</b><br>PROJET DE LOI DE FINANCES                                      |                     |                 |
|---|---------------------|-----------------|
| <b>Les effectifs 2013</b>   |                     |                 |
|   | LFR du 16 août 2012 | PLF 2013        |
| Créations dans l'Éducation nationale*   | 6 728               | 6 781           |
| dont emplois rémunérés par l'État   | 4 228               | 4 200           |
| dont emplois dans les EPLE  | 2 500               | 250             |
| Créations dans l'enseignement agricole*                                       | 50                  | 230             |
| dont emplois rémunérés par l'État   | 50                  | 200             |
| dont emplois dans les EPLE  |                     | 30              |
| Créations dans les universités  |                     | 1 000           |
| <b>TOTAL "priorité enseignement"</b>  | <b>6 778</b>        | <b>10 011</b>   |
| Police et gendarmerie   |                     | 480             |
| Justice   |                     | 520             |
| dont ministère de la Justice  |                     | 480             |
| dont juridictions administratives   |                     | 40              |
| <b>TOTAL "priorité sécurité et justice"</b>                                   | <b></b>             | <b>1 000</b>    |
| <b>Total des créations en faveur des priorités gouvernementales</b>           | <b>6 778</b>        | <b>11 011</b>   |
|   | <b>17 789</b>       |                 |
| Affaires étrangères   |                     | - 184           |
| Affaires sociales et santé  |                     | - 186           |
| Agriculture, agroalimentaire et forêt hors enseignement agricole              |                     | - 280           |
| Culture et communication  |                     | - 15            |
| Défense   |                     | - 7 234         |
| Écologie, développement durable, énergie                                      |                     | - 614           |
| Économie et finances  |                     | - 2 353         |
| Égalité des territoires et logement   |                     | - 662           |
| Intérieur hors police et gendarmerie  |                     | - 614           |
| Outre-mer   |                     | 0               |
| Redressement productif  |                     | - 9             |
| Services du Premier ministre hors justice administrative                      |                     | - 6             |
| Travail, emploi, formation professionnelle et dialogue social                 |                     | - 141           |
| <b>Participation de l'État à l'effort de stabilisation de l'emploi public</b> | <b></b>             | <b>- 12 298</b> |
| <b>Solde</b>  | <b>6 778</b>        | <b>- 1 287</b>  |
|   | <b>5 491</b>        |                 |

\* Y compris créateurs dans les établissements publics locaux d'enseignement.

## França

#### iv). Informação específica para sectores e programas

Para certos sectores chave, ou programas se aplicável, é interessante divulgar informação sobre as suas prioridades específicas e os objectivos almejados em termos simples mas quantificados, por exemplo, apresentando a evolução de alguns (poucos) indicadores-chave, comparando por exemplo face a *benchmarks* internacionais. Deve ser de forma muito breve referida a evolução da despesa no sector em questão, tanto em termos históricos como previsionais.

Estes dados devem ser apresentados de forma integrada, dando ao cidadão uma ideia do “custo em termos de impostos” de um eventual *upgrade* dos serviços referentes ao sector/programa em causa.

## QUALITY HEALTH CARE FOR ALL

**P** rimary health care is available free of charge and hospital services are provided at relatively low cost according to income. Children under the age of six, pregnant women and social grants beneficiaries receive free hospital services.

The 2013 Budget will strengthen prevention and treatment programmes for HIV/Aids, TB, enhance medical research and improve infrastructure management and delivery.

- Over the next three years, R429.2 billion has been allocated to health spending.
- An additional R800 million has been provided for the expansion of antiretroviral treatment to cover an additional 500 000 people per year.
- A further R78 million has been allocated to the National Institute of Communicable Diseases to strengthen

The 2013 Budget will strengthen prevention and treatment programmes for HIV/Aids, TB, enhance medical research, and improve infrastructure management and delivery

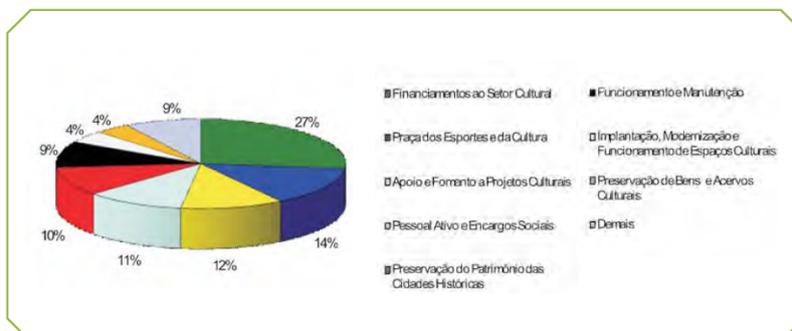
with development partners.

- Over the next three years, provinces will use a large share of their combined R29.5 billion budget to fund



*África do Sul*

**PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO**



**E**m 2013, a Cultura receberá o total de R\$ 2,9 bilhões.

Para financiamentos ao setor cultural, estão previstos R\$ 774,4 milhões. São ações de concessão de financiamento à empreendedores culturais, de financiamento ao setor audiovisual (Fundo Setorial do Audiovisual) e investimentos retornáveis, mediante participação em empresas e projetos de acordo com a *Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006* (Lei do Audiovisual).

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) terá o valor de R\$ 400 milhões. O objetivo é integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Os espaços integrados poderão ser compostos por: cineteatro, biblioteca, telecentro, sala multiuso, pista de skate, pista de caminhada, kit básico esportivo, equipamentos de ginástica, ginásio poliesportivo, espaço criança, bicicletário, quadra de areia, espaço terceira idade, anfiteatro ao ar livre, Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Em relação ao Apoio e Fomento a Projetos Culturais, o gasto previsto é de R\$ 330,3 milhões. Os projetos culturais são eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais, entre outros. Destaca-se, ainda, fomento a projetos culturais na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, artístico e literário.

Para a realização das atividades de cultura, o Governo Federal alocará R\$ 316,5 milhões com pagamento de

Pessoal Ativo e Encargos Sociais e R\$ 271,7 milhões com funcionamento e manutenção. Trata-se de ações de coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos na Lei Rouanet e administração das suas unidades.

Ainda no que concerne ao PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que terá o valor de R\$ 300 milhões. O PAC Cidades Históricas tem por objetivo planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações pactuadas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, prioritariamente, por meio dos acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

No que se refere à Implantação, Modernização e Funcionamento de Espaços Culturais, a previsão de gasto é de R\$ 126,5 milhões. Além do funcionamento propriamente dito dos espaços culturais da União, incluem-se nesses gastos a digitalização de acervos culturais e o funcionamento de bibliotecas da União, entre outras atividades.

Para a área de área de Preservação de Bens e Acervos Culturais, serão gastos R\$ 113,2 milhões. Trata-se de custos para funcionamento de museus do Governo Federal; preservação de acervos audiovisuais; resgate da documentação histórica do Brasil existente no exterior; entre outras iniciativas.

Por fim, do item Demais, constam R\$ 12,1 milhões para produção e difusão cultural, R\$ 7,1 milhões para a valorização indígena e R\$ 4,3 milhões para a cultura afro-brasileira. Por sua vez, os pontos de cultura receberão R\$ 1,7 milhão para promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, visando à constituição de uma rede de articulação de iniciativas culturais.

#### v). Contactos para “follow up” pelos cidadãos

Sendo a simplicidade decisiva para a eficácia de um Orçamento Cidadão, é importante que nenhuma informação no seu corpo esteja dependente de *links* ou referências externas, devendo ser auto-explicativa. Tal é importante também do ponto de vista da transparência: toda a informação básica necessária para o cidadão fazer a sua avaliação das políticas referidas deve constar do documento.

No entanto, tal não impede que o cidadão interessado possa ter interesse em consultar dados mais detalhados sobre o orçamento. A sua localização e modo de acesso, bem como os contactos dos organismos responsáveis por receber eventuais comentários devem estar claramente referidos no OC.



*África do Sul*

**Budget documents (also available in ePub)**

|  |   |                              |
|--|---|------------------------------|
|  3.2 MB |  | National Budget for 2013     |
|  2.3 MB |  | State Budget 2013            |
|  3.2 MB |  | Taxes, fees and customs 2013 |

**The numbers behind the figures**  
 Ministry of Finance presents the underlying data in the 2013 National Budget in Excel and html format. The first sheet in each workbook provides an overview of the characters in the respective chapter of the National Budget. To open the xls format you have to install the program Excel.

It may be appropriate to extract the numbers in the tables in the budget documents in a more convenient way than looking through all the documents. Since there is an extensive job to make such exclusion manually, we have instead chosen to spend some time creating a table generator - which automatically extract tables in the budget documents and present them in a spreadsheet, etc.

**Table Generator**

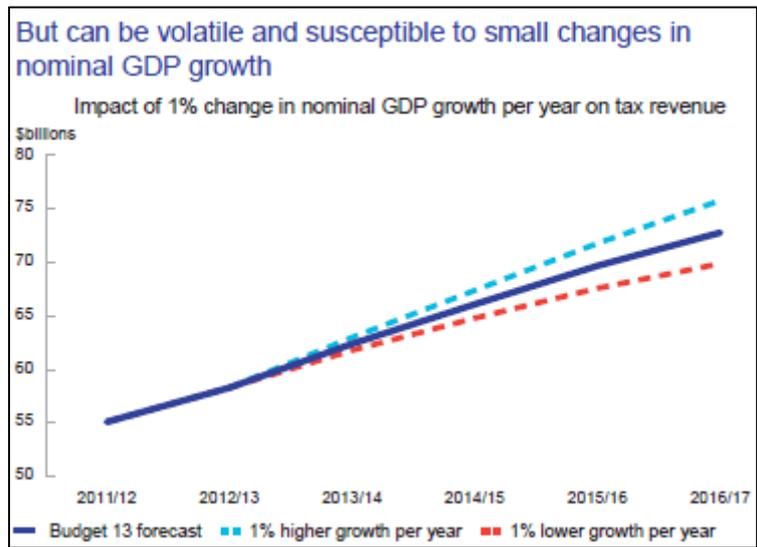
|  |   |                                |
|--|---|--------------------------------|
|  197.0 KB |  | Chapter 2 The economic outlook |
|  232.1 KB |  | Chapter 3 Economic policy      |

## Noruega

### vi). Pressupostos económicos

O Orçamento Cidadão deve identificar as previsões utilizadas na concepção do orçamento para as grandes variáveis macroeconómicas como a inflação, o crescimento ou a taxa de desemprego, em termos tão acessíveis quanto possível. Deve ser facilmente entendível o impacto que desvios face às expectativas do executivo possam ter sobre a execução orçamental, através da apresentação simplificada de análises de sensibilidade, onde for mais pertinente. Naturalmente, a evolução ao longo do tempo das variáveis deve ser referida.

O efeito de outros riscos orçamentais deve também ser sumariamente apresentado, por exemplo, as variações da taxa de juro implícita na dívida ou compromissos eventuais como avales ou garantias concedidas relativamente a dívidas de outras entidades como bancos ou estudantes.



*Nova Zelândia*

**The OBR expects employment to rise in every year of the forecast period reaching 30.5 million by 2017.** Total market sector employment is expected to rise by around 2.6 million between the start of 2011 and the start of 2018. The OBR has revised down its unemployment forecast by 0.3 percentage points to 7.9 per cent in 2013 and by 0.2 percentage points in 2017 to 6.9 per cent.

*Reino Unido*

## Nota final

Em jeito de conclusão, importa salientar que a importância que instrumentos como o Orçamento Cidadão têm vindo a ganhar deriva em grande medida da intervenção de organizações independentes como a *Open Budget Initiative*, que conduz a Pesquisa para o Orçamento Aberto, uma iniciativa internacional que efectua uma análise comparativa à transparência e *accountability* dos processos orçamentais em mais de cem países e que comporta a construção de um *ranking* bi-anual de transparência orçamental.

Um esforço activo por parte dos agentes da governação no sentido de procurar acolher as recomendações que advém deste tipo de iniciativas – como o que o XIX Governo Constitucional demonstra com a elaboração e preparação da publicação do primeiro Orçamento Cidadão em Portugal – é um passo importante para melhorar a percepção dos cidadãos em relação à possibilidade de um controlo democrático efectivo das políticas públicas, não só pelos méritos próprios da iniciativa, mas também pela melhoria substancial que acarreta, no âmbito deste tipo de avaliação independente. Este tipo de *ranking* tem o mérito de permitir aos cidadãos reconhecer o empenhamento dos seus eleitos no sentido de tornar a governação, para lá do Orçamento, mais transparente e, por conseguinte, mais próxima dos eleitores, pelo que a atenção dos decisores aos factores que permitem melhorar a posição relativa do país não é, de todo, despicienda.

É fundamental, porém, ter consciência de que, como sublinha a *International Budget Partnership* (2012), o «acesso a dados orçamentais [...] é uma condição necessária mas insuficiente para aumentar o nível de prestação de contas dos governos em

gerirem os dinheiros públicos de forma eficaz e efectiva. Para isto acontecer, a transparência tem de ser acompanhada por oportunidades significativas para a sociedade civil e os cidadãos de participarem activamente na tomada de decisões orçamentais, e por uma fiscalização independente institucionalizada[...].

Isto é, o Orçamento Cidadão é um passo fundamental no sentido da transparência das contas públicas e da governação, mas não é suficiente. As oportunidades para melhorar a “*accountability*” crescem à medida que cresce a complexidade da intervenção do Estado na sociedade, como é próprio das “sociedades de informação” da actualidade. É, pois, dever dos decisores eleitos, para além dos cidadãos em geral, criar condições para que o controlo da governação pelos cidadãos seja não só possível e facilmente acessível, mas efectivo e eficaz.

## Referências bibliográficas

**IBP (2012).** *The Power Of Making It Simple: A Government Guide To Developing Citizens'*

*Budgets* (online). Disponível em: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Citizen-Budget-Guide.pdf> (Acesso em: 08/07/2013).

**IBP (2012).** *Pesquisa do Orçamento Aberto 2012* (online). Disponível em:

<http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/OBI2012-Report-POR.pdf>  
(Acesso em: 15/11/2013).

**OECD (2010).** *Producing a Citizens' Guide to the Budget: Why, What and How? OECD*

*Journal on Budgeting*. Volume 2010/2.

**Pereira et al. (2012).** *Economia e Finanças Públicas*, 4ª ed. Lisboa: Escolar Editora.